



Temas Abordados: Campanha Mundial “Construindo Cidades Resilientes, Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres – Sendai e a sua integração com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres.

PUBLICAÇÃO: 07/01/2019



Comitê de Cidade Resiliente – CCR - Maricá

DECRETO Nº 259, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018. DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, DO GRUPO INTEGRADO DE AÇÕES COORDENADAS E DO **COMITÊ CIDADE RESILIENTE DO MUNICÍPIO DE MARICÁ** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO III

Do Comitê de Cidade Resiliente – CCR

Art. 17. Fica instituído em caráter permanente o Comitê da Cidade Resiliente – CCR, vinculado à Secretaria de Proteção e Defesa Civil, instância colegiada de deliberação e coordenação da Campanha Mundial Construindo Cidades Resilientes da Organização das Nações Unidas, no Município de Maricá.

Art. 18. Cabe ao Comitê da Cidade Resiliente – CCR promover a intersetorialidade, propiciando ações integradas para implementação do Marco de Sendai e elaboração do Plano Local de Resiliência.

Art. 19. O funcionamento do Comitê da Cidade Resiliente – CCR será norteado pelas ações de gestão de riscos de desastres de forma sistemática, priorizando estratégias, programas e projetos de maior relevância a redução de risco de desastres.

Parágrafo único. A Coordenação do Comitê da Cidade Resiliente – CCR será da Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 20. O Comitê da Cidade Resiliente – CCR será composto por um representante titular e um suplente de todos os órgãos e entidades da administração pública municipal de que trata o art. 16 do presente decreto.

Art. 21. Havendo a necessidade de participação de outros órgãos e entidades públicas e privadas, assim como de representantes da comunidade no desenvolvimento dos trabalhos, estes poderão ser convidados para compor o Comitê da Cidade Resiliente – CCR.

Art. 22. Compete ao Comitê da Cidade Resiliente – CCR:

I – promover a implementação do Marco de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030, em âmbito local;

II – realizar o Relatório de Autoavaliação da Campanha Mundial “Construindo Cidades Resilientes” e o Plano Local de Resiliência, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres – UNISDR/ONU;

III – discutir conjuntamente os problemas, estratégias para aumentar o grau de consciência e compromisso em torno das práticas estabelecidas na Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres – Sendai, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Conferência das Partes da CMNUCC – Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres;

IV – elaborar o Plano Local de Resiliência, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres – UNISDR/ONU.

Art. 23. As funções dos membros do Comitê da Cidade Resiliente – CCR não serão remuneradas a qualquer título sendo consideradas de relevante interesse público.

Art. 24. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito, aos 17 dias do mês de dezembro de 2018

Fabiano Taques Horta

PREFEITO

FONTE: https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/JOM_918_26-12-2018_2.pdf



Distrito Federal lança publicação sobre práticas sustentáveis nas escolas

No Distrito Federal, a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico (ADASA) e a Secretaria de Estado de Educação lançaram em dezembro último um livro sobre como promover a sustentabilidade nas escolas. Elaborada com apoio de projeto da UNESCO, a publicação apresenta práticas ambientalmente responsáveis para as instituições e professores, além de métodos para a sua aplicação no ensino.

A proposta do material é estabelecer, a partir de um diagnóstico do desempenho ambiental do colégio, metas sobre redução de gastos com água e energia, entre outros temas. Esses objetivos deverão ser cumpridos com a participação da escola, do aluno e da comunidade local. A ideia é ir além da intervenção física na unidade de ensino, com

a inclusão de métodos de aprendizagem e pesquisa, recursos pedagógicos, sugestões de oficinas, além de outras ações.

A publicação *Trilhas e Caminhos para a Sustentabilidade Ambiental nas Escolas do Distrito Federal* foi produzida no âmbito de um projeto de cooperação técnica entre a ADASA e a UNESCO no Brasil, que promoveu estudos e atividades formativas sobre o tema “Escola Sustentável e Sustentabilidade na Escola”.

O volume teve como ponto de partida o projeto Escola Sustentável, vinculado ao ADASA na Escola. Uma pesquisa sobre iniciativas para diminuir o consumo de recursos hídricos e de energia na Escola Jardim de Infância e Casa de Vivência, em Planaltina, deu origem às primeiras discussões para conceber o livro.

O livro e os objetivos globais da ONU

A publicação, em formato de manual, relaciona os caminhos de uma escola rumo à sustentabilidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS). O livro também defende que, para se construir colégios sustentáveis, é necessário educar com base nos quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, definidos por Jacques Delors no Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI da UNESCO.

Portanto, para alcançar instituições de ensino sustentáveis, é necessário formar cidadãos com habilidades para conhecer a si mesmo, ao próximo e ao planeta do qual faz parte, para interagir com diversidades e aprender com a experiência, atuando com afeto, respeito, empatia e cooperação.

O livro traz ainda indicações de leitura complementar, que podem ser acessadas na Biblioteca Virtual, localizada na página do projeto ADASA na Escola, no site da Agência.

Participaram da elaboração do livro as seguintes instituições: a Representação no Brasil da UNESCO; Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF); Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal (SEMA/DF); Faculdade de Educação — Universidade de Brasília (FE/UnB); Serviço de Limpeza Urbana (SLU); Escola Técnica de Brasília (ETB); Ministério do Meio Ambiente (MMA); Área de Proteção Ambiental do Planalto Central (ICMBio/APA); Instituto Brasília Ambiental (IBRAM); Instituto Federal de Brasília (IFB/CSAM); Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB); Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF (SINEPE/DF) e o Movimento Nossa Brasília.

FONTE: http://www.adasanaescola.df.gov.br/Documentos/Trilhas_Caminhos_Versao.pdf



ALL INDIA DISASTER MITIGATION INSTITUTE

Redução do risco de desastres na economia mundial

Esta edição da Southasiadisasters.net é intitulada 'Redução do Risco de Desastres na Economia Mundial' e enfoca o tema importante de perdas e danos incorridos pelos ativos devido a desastres. Esta edição também fornece um compêndio de melhores práticas e iniciativas, tais como programas de transferência de risco em todo o país que fornecem um mecanismo de enfrentamento para as respectivas economias quando confrontados com perdas maciças e danos causados por desastres. Outro tema interessante explorado nessa questão é a estrutura injusta do financiamento climático que pode potencialmente manter os países em desenvolvimento em uma armadilha perpétua da dívida.

Níveis crescentes de globalização também implicam em maiores riscos para cadeias de suprimento globalizadas. Um evento extremo em uma parte do mundo pode interromper toda uma cadeia de valor global, causando uma crise em outra parte do mundo. A responsabilidade agora é dos líderes mundiais em adotar medidas de construção de resiliência para proteger a economia mundial do ataque de repetidos desastres.

FONTE: https://www.preventionweb.net/files/62646_179snetdisasterriskreductioninworld.pdf

BILL & MELINDA
GATES foundation



Envolvendo o setor privado na preparação para respostas - experiências da Parceria para a Preparação da Ásia

Este documento oferece um histórico sobre a Parceria de Prontidão Asiática (APP), que implementou o programa “fortalecendo a capacidade do governo, das organizações humanitárias locais e das redes do setor privado na preparação para a resposta na Ásia”. Esse programa lançou as bases para a APP na região, com o objetivo de fortalecer a interface e a parceria entre o governo, redes locais de organizações humanitárias e redes do setor privado por meio de parcerias, recursos de conhecimento, treinamento e oportunidades de trabalho em rede.

O programa é uma resposta aos desafios relacionados à duplicação de esforços, acesso a fundos humanitários e falta de coordenação vertical e horizontal durante os desastres, apesar de progressos notáveis na arquitetura humanitária da Ásia. O risco para as comunidades em áreas propensas a desastres é agravado por altos níveis de vulnerabilidade social perpetuados por sistemas e mecanismos descoordenados em nível local.

FONTE: <https://app.adpc.net/sites/default/files/public/publications/attachments/APP%20documentation%20-%20Engaging%20the%20private%20sector%20in%20preparedness%20for%20response.pdf>



Revista de resiliência humanitária: edição 1

A Rede Nacional Humanitária (NHN) do Paquistão apresenta a primeira edição desta revista humanitária para captar perspectivas em preparação e resposta a desastres. Concentrando-se no tema da governança em prontidão, o 'Seminário de Resiliência Humanitária' bianual cobre muitos assuntos no Paquistão, incluindo:

- Disponibilidade institucional e legal para lidar com desastres
- A necessidade de uma visão estratégica e o papel dos doadores na preparação do Paquistão
- Avaliações de risco e planejamento mais seguro do uso da terra
- Realidades de gestão de desastres e o caminho a seguir
- O papel das redes humanas e suas implicações nas políticas e práticas de gestão
- Integração de RRD na governança
- O sistema de gestão de desastres no Paquistão

FONTE: https://www.preventionweb.net/files/62610_humanitarianjournalissue10.pdf



Textos do SAICM e resoluções da Conferência Internacional sobre Gerenciamento de Produtos Químicos

A Abordagem Estratégica para o Gerenciamento Internacional de Produtos Químicos (SAICM) é uma estrutura política para a ação internacional sobre riscos químicos. Ele apóia a realização de uma meta central acordada na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de Johannesburgo, em 2002: garantir que, até 2020, os produtos químicos sejam produzidos e utilizados de maneiras que minimizem impactos adversos significativos sobre o meio ambiente e a saúde humana. A primeira sessão da Conferência Internacional sobre Gestão de Produtos Químicos (ICCM), em fevereiro de 2006, adotou a Declaração de Dubai sobre Gerenciamento Internacional de Produtos Químicos e a Estratégia Política Abrangente.

A Conferência também recomendou o uso e desenvolvimento adicional do Plano de Ação Global como ferramenta de trabalho e documento de orientação. A presente publicação apresenta estes três textos juntamente com as resoluções e anexos da Conferência em sua primeira, segunda e terceira sessões.

Os objetivos da Abordagem Estratégica em relação à redução de risco incluem:

- Minimizar os riscos para a saúde humana, incluindo o dos trabalhadores, e para o meio ambiente ao longo do ciclo de vida dos produtos químicos.
- Assegurar que humanos e ecossistemas e suas partes constituintes, especialmente vulneráveis ou especialmente sujeitas a exposição a produtos químicos que possam representar um risco, sejam levados em consideração e protegidos na tomada de decisões sobre produtos químicos.
- Implementar estratégias de gestão de riscos transparentes, abrangentes, eficientes e efetivas, baseadas na compreensão científica adequada, incluindo efeitos ambientais e de saúde, e análise social e econômica apropriada para prevenção de poluição, redução de riscos e eliminação de riscos, incluindo informações detalhadas de segurança sobre produtos químicos. evitar exposições perigosas e desnecessárias a produtos químicos.

FONTE: http://www.saicm.org/Portals/12/Documents/saicmtxts/New%20SAICM%20Text%20with%20OICCM%20resolutions_E.pdf



Implementando a avaliação da resiliência da comunidade urbana em bairros vulneráveis de três cidades

O WRI desenvolveu a avaliação da resiliência da comunidade urbana (UCRA), uma ferramenta para os planejadores urbanos avaliarem as necessidades diferenciadas de resiliência climática. Dados de risco precisos e detalhados nos níveis de cidade e bairro são fundamentais para garantir que as cidades desenvolvam respostas de resiliência adequadas. A avaliação de como as comunidades e os indivíduos responderam aos possíveis riscos climáticos pode ajudar a identificar as necessidades de resiliência e a informar o planejamento eficaz de resiliência urbana. A UCRA foi testada em três comunidades de baixa renda e vulneráveis: Rio de Janeiro, Brasil, Surat, Índia e Semarang, na Indonésia. Este relatório descreve os resultados do projeto piloto, insights e o potencial para a UCRA construir mais cidades resilientes ao clima.

A mudança climática afeta primeiro as comunidades pobres e marginalizadas e as mais difíceis. Particularmente nas cidades, a falta de acesso a serviços básicos, uma longa história de desenvolvimento urbano insustentável e exclusão política tornam os pobres urbanos um dos grupos mais vulneráveis a desastres e desastres naturais induzidos pelo clima. No entanto, as estratégias voltadas para reduzir a vulnerabilidade dessas pessoas às mudanças climáticas geralmente negligenciam diferenças cruciais em suas necessidades e situações.

Envolver os pobres urbanos no planejamento resiliente ao clima é fundamental para garantir que essas estratégias sejam implementadas e atinjam todos os níveis de uma cidade. A ferramenta UCRA conecta o conhecimento local de comunidades e indivíduos com avaliações mais amplas da cidade. A UCRA fornece aos planejadores urbanos um

método claro de coleta de dados que lhes permitirá avaliar como as cidades são resilientes aos impactos da mudança climática. Com pesquisas, materiais de workshops e insights de pilotos em três cidades, a UCRA ajuda planejadores municipais e autoridades do governo a entender a vulnerabilidade de um bairro específico; identificar lacunas de infraestrutura; e envolver os moradores urbanos pobres nos processos de planejamento e implementação.

FONTE: https://wriorg.s3.amazonaws.com/s3fs-public/prepared-communities-implementing-urban-community-resilience-assessment.pdf?_ga=2.35708902.753420494.1546731290-1875345074.1545953864



Orientação sobre tecnologias espaciais para o gerenciamento de riscos de desastres na aquicultura

A Orientação da FAO sobre tecnologias espaciais para gestão de risco de desastres em aquicultura fornece conceitos e informações técnicas para aumentar a conscientização e melhorar o conhecimento das tecnologias espaciais disponíveis para tomadores de decisão, gerentes e pessoal técnico envolvido no gerenciamento de risco de desastres (DRM) para aquicultura. Destaca conceitos-chave, estudos de caso e recomendações de políticas para o uso dessas tecnologias no setor de aquicultura.

O guia aborda o uso de tecnologias espaciais que apoiam aqueles que trabalham para reduzir os riscos de desastres e responder a emergências. Estabelece os princípios para o uso de tecnologias espaciais em DRM e, portanto, permanecerão relevantes mesmo no contexto de rápida inovação tecnológica e o avanço dessas tecnologias.

Os processos e etapas para o uso da tecnologia espacial no DRM para aquicultura são descritos e explicados, levando em conta fatores como acessibilidade, limitações, dados e ferramentas complementares, recursos humanos e recursos financeiros.

Estudos de caso em Bangladesh, no Golfo do México e no Caribe e na Indonésia ilustram a aplicação local, nacional e regional de tecnologias espaciais no DRM para a aquicultura. Cada estudo de caso recomenda etapas para o uso de tecnologias espaciais para suportar o processo de DRM.

FONTE: <http://www.fao.org/3/CA2240EN/ca2240en.pdf>



Arrecadação de fundos para guia de preparação para a comunidade

Como parte de seu compromisso de aumentar e fortalecer as capacidades de ONGs locais e organizações baseadas na comunidade (CBOs) na Ásia, o Instituto Internacional de Reconstrução Rural (IIRR) e a Give2Asia lançaram a captação de recursos para preparação comunitária: um guia prático para CBOs.

Este é o terceiro guia em uma série de cinco no programa de preparação para desastres de ONGs. Destina-se a fortalecer a capacidade das ONGs e OCs de arrecadar fundos para sustentar seus programas de preparação para desastres. Muitas CBOs na Ásia mobilizaram fundos para apoiar programas de RRD que mitigam os danos causados por calamidades e para reduzir riscos e impactos. No entanto, as alocações orçamentárias para a RRD são frequentemente inadequadas e as OBCs são deixadas em uma encruzilhada sobre como continuar apoiando comunidades vulneráveis.

Este guia apresenta linguagem fácil de entender e oferece ferramentas práticas para mobilizar fundos. Também aborda princípios, tendências atuais e realidades básicas na mobilização de recursos. Oferece dicas éticas para as OBCs para que elas possam ser autossuficientes e mais capazes de levantar fundos para suas atividades de RRD. A IIRR e a Give2Asia esperam que este guia ajude as OBCs na Ásia a melhorar suas habilidades de captação de recursos para que possam continuar a ser os principais catalisadores para a resiliência da comunidade.

FONTE: https://www.preventionweb.net/files/62559_62559fundraisingforcbos.pdf



Considerações de distribuição para governança de risco transfronteiriço de ameaças ambientais

A maioria das análises de políticas de desastres a curto e a longo prazo se concentra nos impactos agregados de seus custos e nos benefícios dos remédios políticos. As considerações de distribuição relativas aos custos desses desastres e os benefícios de seu gerenciamento de risco, no entanto, são muito importantes em muitos casos.

Este artigo examina duas grandes categorias de casos em termos de considerações distributivas. A primeira categoria é onde as considerações transfronteiriças afetam fortemente a governança de risco, como no caso das mudanças climáticas. A segunda refere-se a desastres comuns de curto prazo, que incluem menos, mas ainda assim importantes, questões transfronteiriças.

A política de mudança climática requer informações sobre a distribuição de impactos e respostas políticas entre os países, porque é um problema global. Desastres convencionais envolvem considerações transfronteiriças com muito menos frequência, de modo que a atenção normalmente muda para a distribuição de benefícios e custos dentro de uma jurisdição. Em ambos os casos, é necessária informação distributiva para avaliar a equidade das políticas e fornecer informação para a participação do público no

processo político. Este artigo oferece modelagem e abordagens de políticas para abordar esses problemas.

FONTE: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2Fs13753-018-0205-6.pdf>

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

INFORMATIVOS UNISDR

<http://www.eird.org/camp-10-15>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>